

# Fim de século e de milênio: fim do trabalho?

EDNA BERTOLDO\*

## APRESENTAÇÃO

Estamos presenciando um momento bastante crítico na história da humanidade: a proclamação do “fim”. Autores contemporâneos das mais diversas áreas do conhecimento tomam a categoria do “fim” para exprimir o desaparecimento do trabalho, da ciência, da filosofia, da educação, da história, do mundo.<sup>1</sup>

Em meio a tantos “fins” proclamados, selecionamos a categoria *trabalho* com o propósito de fazer um exame da discussão que atualmente tem caracterizado o debate.

A questão central que norteia este trabalho é a elucidação de duas concepções gerais que, do nosso ponto de vista, perpassam na atualidade o debate no campo marxista: (1) de um lado, a existência de um grupo que, em decorrência das transformações surgidas no processo de trabalho, do considerado fracasso do “socialismo real”, do avanço tecnológico, entre outros, admite que o *trabalho não pode mais ser considerado o elemento fundante da sociedade*.; (2) de outro, um grupo bastante reduzido de teóricos que continua afirmando, com Marx, que *sem trabalho não há qualquer possibilidade de vida humana*.

Ao longo deste estudo, apresentaremos os pressupostos teóricos que possibilitam a explicitação antagônica do modo de apreensão da categoria trabalho no mundo hodierno. Pretendemos apontar possíveis alternativas que nos permitam repensar a sociedade contemporânea enquanto processo contínuo de construção e desenvolvimento da humanidade.

## AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

O modelo de organização capitalista no mundo do trabalho inaugurou, neste século (notadamente na década de 80) profundas transformações iniciadas nos chamados países desenvolvidos.

Em que consistiram tais mudanças? Antes de apresentar os aspectos “inovadores” do “novo” modelo de organização do trabalho, seria pertinente situar, mesmo que em linhas gerais, as características principais do modelo taylorista-fordista.

A organização do capitalismo assume reais feições a partir da implantação do sistema fabril. É, pois, a partir do desenvolvimento industrial que o trabalhador se vê em face de uma nova realidade: ele já não é mais proprietário dos instrumentos de trabalho, da matéria-prima e nem sequer dono de si mesmo, pois se converte em força de trabalho submetida à venda como qualquer produto transformado em mercadoria.

A própria força de trabalho do operário é portanto uma mercadoria que se compra e vende no mercado (‘permuta do trabalho’). A partir do momento em que o patrão comprou a força de trabalho, esta passa a pertencer-lhe, tal como toda e qualquer mercadoria pertence a quem a compra.<sup>2</sup>

A produção industrial, em princípios do século XX, foi caracterizada a partir do surgimento da teoria da administração científica elaborada por Taylor. Seus princípios básicos consistiam no controle racional do processo de produção com vistas a garantir a produtividade, o aumento do lucro. E isso é possível a partir de uma acentuada divisão técnica do trabalho, a partir do desenvolvimento de atividades de execução e concepção.

Neste período, um empresário chamado Henry Ford introduziu o sistema de linha de montagem na indústria automobilística, resultando, assim, no então chamado modelo taylorista-fordista.

As conseqüências deste tipo de organização do trabalho, já foram suficientemente apontadas e analisadas por vários estudiosos. Apesar disso, convém assinalar que o taylorismo-fordismo resultou na desqualificação do trabalhador; na separação entre o sujeito que pensa e o que executa; na repetição, por parte do operário, de atividades rotineiras, mecânicas; na impossibilidade de o trabalhador ter acesso ao conhecimento, etc. Este processo de organização do trabalho compreende o período que historiadores e cientistas sociais denominaram de revolução tecnológica.

\* Professora do Departamento de Administração e Planejamento Educacional do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Apesar disso, convém assinalar que o taylorismo-fordismo resultou na desqualificação do trabalhador; na separação entre o sujeito que pensa e o que executa; na repetição, por parte do operário, de atividades rotineiras, mecânicas; na impossibilidade de o trabalhador ter acesso ao conhecimento, etc.

Na verdade, alguns autores chamam a atenção para o uso desse termo. Segundo os estudiosos dessa categoria não há uma concordância entre os autores quanto à definição e nem quanto ao número de revoluções industriais que aconteceram. De acordo com seus estudos, a literatura apresenta geralmente a existência de três revoluções industriais, a saber: (1) de 1760 a 1840, caracterizada pela máquina a vapor; (2) de 1860 a 1910, marcada pela energia, petróleo e eletricidade; (3) a partir da década de 50, com a energia nuclear, microeletrônica e microbiologia.

Apenas para ilustrar que não existe uma idéia consensual entre os autores, citamos Schaff, filósofo polonês, que na sua obra *Sociedade e informática* [Wohim führt der weg], publicada em 1990 no Brasil, considera a existência de duas revoluções industriais, postulando que atualmente vivemos a segunda.

A automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o mundo da fábrica, dando início a um processo de grandes transformações no mundo do trabalho. Em decorrência disso, o modelo taylorista-fordista deixou de ser predominante na esfera produtiva.

Esse novo reordenamento do processo de trabalho representou a substituição de uma linguagem por outra: ao invés de trabalho parcelarizado, fragmentado, propõe-se o trabalho coletivo, de grupo; ao invés de trabalhador desqualificado, fala-se agora em trabalhador de formação polivalente.<sup>3</sup>

O novo modelo, denominado toyotismo, acumulação flexível,<sup>4</sup> apresenta, conforme Sabel e Piore<sup>5</sup>, as seguintes características:

- a) modelo produtivo que recusa a produção em massa, típica da grande indústria fordista;
- b) concepção de trabalho mais flexível;
- c) produz para um mercado mais localizado e regional;
- d) a produção é voltada para a demanda e por ela conduzida diretamente (ao contrário do fordismo);
- e) a produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo;
- f) a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo;
- g) o consumo é que determina o que será produzido;
- h) a sua linguagem é: *kamban*<sup>6</sup>, *just-in-time*<sup>7</sup>, flexibilização, terceirização<sup>8</sup>, subcontratação, CCQ,<sup>9</sup> controle de qualidade, eliminação do desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa.

Ao analisar os aspectos críticos deste modelo japonês, Ricardo Antunes adverte para o seguinte fato:

[...] a “substituição” do fordismo pelo toyotismo não deve ser entendida, o que nos parece óbvio, como um novo modo de organização societária, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias, e, o que é menos evidente e mais polêmico, mas também nos parece claro, não deve nem mesmo ser concebido como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista.<sup>10</sup>

Na realidade, basta um olhar superficial ao mundo do trabalho para assistirmos ao processo generalizado de desemprego que vem afetando tanto os países de capitalismo avançado quanto os menos desenvolvidos.

O quadro abaixo ilustra com precisão os impactos que esta nova reorganização produtiva vem causando na força de trabalho.

Taxa de desemprego em porcentagem da força de trabalho

(por ordem decrescente)

PAÍS	1991	1992
Espanha	15,3	14,9
Áustria	10,2	11,3
Itália	10,3	10,6
França	9,9	10,4
Inglaterra	8,8	10,1
Bélgica	7,7	8,4
EUA	6,9	7,4
Alemanha	6,3	7,0
Suécia	3,1	5,2
Holanda	4,4	4,5
Suíça	1,5	3,5
Japão	2,0	2,2

Fonte: OECD, 1993.<sup>11</sup>

As transformações que caracterizam o mundo do trabalho na sua contemporaneidade vem resultando, conforme Ricardo Antunes na expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor serviços; na significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; na subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado.

Consideramos importante elencar os elementos "inovadores" que configuram o atual processo de trabalho, porque, como veremos a seguir, tais dados vêm sendo interpretados sob os mais diversos pontos de vista, reunindo autores dos diversos campos do conhecimento.

## OS CRÍTICOS DA SOCIEDADE DO TRABALHO

Inicialmente, gostaríamos de fazer uma observação sobre a expressão "sociedade do trabalho". Segundo Claus Offe<sup>12</sup> tal expressão foi criada por Dahrendorf e virou tema central no XXI Congresso Alemão de Sociologia. O autor observa que nas obras de Marx, Weber e Durkheim, apenas para ficar no âmbito da considerada sociologia clássica, a expressão "sociedade do trabalho" não se encontra presente.

---

Na realidade, basta um olhar superficial ao mundo do trabalho para assistirmos ao processo generalizado de desemprego que vem afetando tanto os países de capitalismo avançado quanto os menos desenvolvidos.

---

A tal expressão junta-se agora o termo "crise". Portanto, a crise da sociedade do trabalho começa a surgir em meio às transformações ocorridas no mundo do trabalho em decorrência do desenvolvimento tecnológico e no contexto da chamada crise do socialismo real.

Como essa problemática vem sendo analisada pe-

los estudiosos contemporâneos? Antes de entrarmos nessa discussão, torna-se necessário esclarecer que a análise da crise da sociedade do trabalho tem sido desenvolvida a partir de duas dimensões: (1) a crise da sociedade do trabalho abstrato e (2) a crise do trabalho concreto.

É importante chamar a atenção para esse aspecto, esclarecendo que apesar de as análises dos críticos da sociedade do trabalho indicarem os elementos para entender a qual crise do trabalho se referem, consideramos que eles têm em comum a mesma perspectiva: o abandono das categorias marxianas, tais como classes sociais, luta de classes, etc.

Schaff, por exemplo, mesmo esclarecendo que suas análises não implicam o desaparecimento do trabalho enquanto categoria fundamental, acaba confundindo o leitor, visto que aquelas categorias de análise correlatas à centralidade do trabalho (como contradição capital e trabalho; sua decorrente luta de classes, etc.) são desprezadas pelo autor.

Como distinguir qual a perspectiva de análise assumida pelos autores?

Para tornar clara essa questão, precisamos recorrer aos conceitos marxianos que dão conta da distinção entre trabalho abstrato e concreto. Diz Marx:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso.<sup>13</sup>

Ricardo Antunes chama a atenção para uma questão que, na sua ótica, tem sido negligenciada nessa discussão: afinal, é ou não a sociedade contemporânea predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias?

O autor afirma que, se a resposta for afirmativa, a compreensão última da crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida, numa perspectiva marxiana, enquanto redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto.

Os estudos do referido autor apontam para o fato de que, entre os adeptos da chamada crise do trabalho abstrato, existem duas maneiras distintas de compreender a questão, a saber: (1) aquela que acha que o ser que trabalha não desempenha mais o papel estruturante na criação de valores de troca, na criação de

mercadorias; (2) aquela que critica a sociedade do trabalho abstrato pelo fato de que este assume a forma de trabalho estranhado, fetichizado e, portanto, desrealizador e desfetivador da atividade humano autônoma.

A partir dessas observações, introduziremos a análise da crise do trabalho detendo-nos apenas na especificidade das teses defendidas pelos críticos contemporâneos da centralidade do trabalho, em suas múltiplas abordagens.

Kurz, no seu livro *O colapso da modernização*, prognostica uma “era em declínio” um “colapso histórico”. Nas palavras do autor,

é muito provável que o mundo burguês do dinheiro total e da mercadoria moderna, cuja lógica constitui com dinâmica crescente a chamada Era Moderna, entrará já antes de terminar o século XX numa era das trevas, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo.<sup>14</sup>

Em que consiste tal crise? Segundo o autor, “consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital”.<sup>15</sup>

Na sua concepção, trata-se de uma crise global do capital, qualitativamente diferente das crises cíclicas até então conhecidas, que *penetra agudamente no centro do modo de produção de mercadorias e da sociedade do trabalho abstrato*.

Para ele, essa crise atingiu tanto as regras de mercado como o chamado socialismo real. Este último foi incapaz, segundo o autor, de romper com o trabalho abstrato, apenas o regulou pelo estatismo.

Na ótica de Kurz, a esquerda não é suficientemente capaz de dar uma resposta à crise porque “não possui nem um sinal de um programa, porque seu pensamento está firmemente vinculado às categorias do marxismo do movimento operário, permanecendo, portanto, obcecada pela forma mercadoria”.<sup>16</sup>

Se para o autor não tem mais sentido a existência de um sujeito coletivo capaz de transcender a crise no mundo do trabalho, o que se apresenta então como perspectiva?

Para ele, “a superação da crise exige um tipo completamente diferente, exatamente oposto, de “razão prática” e “imanência”, que ao invés de moderar a crítica social torna-a mais radical e mais aguda”.<sup>17</sup> Trata-se, portanto, de uma “razão sensível”, que é exatamente o contrário da razão iluminista, abstrata, burguesa e

vinculada à forma-mercadoria”.<sup>18</sup> Na ótica do autor, como se daria essa razão sensível?: “Tratar-se-ia de uma revolução de fato, mas não daquele tipo no qual uma ‘classe’ dentro da forma-mercadoria (e constituída por esta) tivesse que ‘derrotar’ outra ‘classe como sujeito antípoda’.”<sup>19</sup>

Portanto, essa revolução pressupõe, na concepção do autor, a formação de um “movimento de supressão, como força social”. Para ele, isso só seria possível “mediante a conscientização, que no nível intelectual restabelece o contexto perdido e deixa de considerar os fenômenos de destruição em sua mera particularidade, forma em que já não podem ser superados”.<sup>20</sup>

Ricardo Antunes, ao analisar a obra desse autor, reconhece a sua “positividade”, considerando que é “altamente convincente”; portanto, “um livro privilegiado”. Na sua ótica, Kurz conseguiu apreender a lógica do objeto — a crise contemporânea do sistema produtor de mercadorias, do capitalismo.

Segundo ele, as formulações de Kurz *acertam no essencial* — no diagnóstico da crise do capital dos nossos dias — e falham nas visualizações, nas proposições, no modo de caminhar para além do capital.

A análise que Antunes faz da obra do autor, sem dúvida, é bastante contundente. Porém, uma questão nos incomodou: como se explica, do ponto de vista marxiano, o fato de que uma teoria pode acertar em termos de diagnóstico e falhar em termos de visualização, tal como o autor concluiu a partir da leitura de Kurz?

Tomemos como ilustrativa uma questão de embate teórico, analisada por outro autor, de forma que possamos reunir dados que nos sirvam de instrumento para examinar esta questão.

Francisco Teixeira, ao analisar a crise do capitalismo, tomando como referenciais autores que defendem a morte do capitalismo, entre os quais, Drucker e Toffler, mas contra-argumentando, afirma que eles tomam a experiência imediata da práxis utilitária para construir seus conceitos e juízos sobre a realidade.<sup>21</sup>

No seu estudo, o autor estabeleceu, em contraposição a seus oponentes, as diferenças radicalmente ontológicas de apreensão do real:

[...] as representações do mundo fenomênico não são pura invenção de um abstrato ser cognoscente, que fora da realidade o reproduz intelectivamente. Ao contrário disso, as representações que se constroem para expressar esse mundo imediato são produtos da atividade prático-sensível do homem em suas relações

com os outros homens para produzir e reproduzir as condições materiais de sua existência [...] Mas é preciso ir além do que é imediatamente visível e acessível a todos os olhos. Permanecer neste nível, como adverte Marx [...] é renunciar a conhecer a conexão entre os fundamentos gerais e as questões imediatas.<sup>22</sup>

Assim, uma análise crítica da realidade deve conter, de partida, a instauração da crítica ontológica que permita, do ponto de partida ao de chegada, estabelecer sobre que bases este real está sendo capturado.

A negação da possibilidade da crítica ontológica em Kurz se explicita quando ele afirma que essa crise “já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do ‘trabalho’, da ‘classe trabalhadora’, ou da ‘luta das classes trabalhadoras’”.<sup>23</sup> Isto pelo fato de o próprio marxismo constituir-se como “parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso atingido ele próprio pela crise”.<sup>24</sup>

Antunes critica o autor pelo fato de não reconhecer o papel revolucionário da classe trabalhadora, como também parece não considerar a hipótese de uma (re)ação conservadora das forças produtivas burguesas visando minimizar a crise, prolongando, assim, a sociabilidade regida pelo capital. A partir daí, nos perguntamos: como é possível Antunes sustentar a afirmação segundo a qual o autor *acertou no essencial*?

Vamos analisar essa questão a partir de Marx. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* observamos que Marx parte das próprias categorias da economia política, sua terminologia, suas leis. A economia política parte da propriedade privada. Marx também o faz. Mas o fato de ambos adotarem o mesmo ponto de partida, reconhecerem a propriedade privada, a divisão do trabalho, etc., ainda não é suficiente para detectar qual a essência do pensamento da economia política e do pensamento de Marx.

Na verdade, a distinção entre as duas formas que caracterizam o antagonismo do debate só vai aparecer quando Marx, partindo da própria economia política, demonstra a sua insuficiência de análise e sua incapacidade de explicar a realidade efetiva:

A economia política parte do fato da propriedade privada. Não o explica. Concebe o processo *material* da propriedade privada, como ele ocorre na realidade, em fórmulas gerais e abstractas, que em seguida lhe servem de *leis*. Não compreende tais leis, isto é, não demonstra como elas derivam da essência da propriedade privada.<sup>25</sup>

Do nosso ponto de vista, a descrição de uma dada realidade não contém em si mesma a essência da problemática. Para atingir a essência do fenômeno “é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*”.<sup>26</sup>

Marx, ao compreender o fenômeno, atingiu a sua essência: conseguiu demonstrar como o trabalhador vai se tornando mercadoria cada vez mais barata na medida em que produz mais riqueza. Isto permitiu que o seu pensamento se tornasse radicalmente oposto ao dos economistas da economia política burguesa.

Portanto, é preciso que se diga que a essência do debate contemporâneo, incluindo Kurz e seus adeptos, tem significado uma forma de leitura do real que caminha na direção do reforço às teses pós-modernas que acabam solapando as possibilidades de autoconstrução humana.

Além de Kurz, um autor que merece destaque neste debate é Claus Offe. O seu estudo tem como premissa básica o questionamento da centralidade ontológica do trabalho. No capítulo 1 da sua coletânea *Trabalho e sociedade — problemas estruturais e perspectivas para o futuro da ‘sociedade do trabalho*, intitulado “Trabalho como categoria sociológica fundamental?”, ele inicia afirmando que Marx, Weber e Durkheim centralizaram suas pesquisas a partir do modelo de uma sociedade burguesa voltada para a atividade econômica, dedicada ao trabalho, impulsionada por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas.

Para o autor, três aspectos fundamentam a noção do trabalho como categoria sociológica fundamental para esses pensadores e seus seguidores: (1) a revolução industrial tornou possível a personificação do “trabalhador”; possibilitando um processo de diferenciação entre a esfera doméstica e a do trabalho, entre a propriedade e o trabalho remunerado; o trabalho “livre”, solto dos vínculos feudais, orientado pelo mercado, é o ponto de partida empírico para as construções teóricas dos sociólogos clássicos; (2) a antiga hierarquia entre atividades “inferiores” e “superiores”, meros afazeres úteis ou necessários e manifestações significativas de vida (refletida através do dualismo conceitual em várias línguas, ex. *labour/work*; trabalho/obra, etc.) foi nivelada e até mesmo invertida em consequência do triunfo da reforma teológica, das construções teóricas político-econômicas e da revolução burguesa; (3) a proletarianização da força de trabalho.

Segundo o autor, os aspectos centrais visíveis no desenvolvimento da teoria e da pesquisa em ciências

sociais eram referentes ao trabalho assalariado, ao estado de pauperização, alienação do trabalho, etc. Feitas essas constatações, Offe passa a desenrolar o seu “leque” de questionamentos: “É exatamente esse amplo poder macro-sociologicamente determinante do fato social do trabalho (assalariado) e das contradições da racionalidade empresarial e social que o comanda que agora se torna sociologicamente questionável.”<sup>27</sup>

---

Marx, ao compreender o fenômeno, atingiu a sua essência: conseguiu demonstrar como o trabalhador vai se tornando mercadoria cada vez mais barata na medida em que produz mais riqueza. Isto permitiu que o seu pensamento se tornasse radicalmente oposto ao dos economistas da economia política burguesa.

---

Ele questiona, afinal, se é possível, ainda hoje, sustentar essa suposição “materialista” dos clássicos do pensamento sociológico. Tomando como referência dados oriundos de observações, de enquetes diversas, entre outros, o autor constata que as pesquisas atuais indicam que o trabalho e a posição do trabalhador no processo produtivo deixaram de ser elementos essenciais na organização das estruturas sociais, que a dinâmica do desenvolvimento social não é resultante de conflitos em torno da dominação no plano empresarial.

Segundo o autor, na década de 50 os estudos incidiam sobre a situação dos trabalhadores, buscando indicações sobre o futuro desenvolvimento da organização do trabalho, a consciência e as referências do comportamento sócio-político dos trabalhadores.

Na sociedade contemporânea, afirma, essas questões surgem mais como variável dependente, principalmente de políticas estatais de humanização, de trabalho e no campo social em geral, e menos de

estratégias empresariais de autonomização e racionalização, ou seja, a esfera do trabalho é tratada como algo constituído por forças externas e uma boa parte da sociologia industrial desemboca em um ramo especial da pesquisa sobre a política e suas formas de implementação.

Na sua ótica, os sociólogos da indústria duvidam da eficiência macro-sociológica de suas abordagens. Como consequência desse levantamento descritivo da realidade contemporânea do mundo do trabalho, o autor conclui que

a sustentação inamovível (em termos de análise ou politicamente normativos) de modelos de sociedade e critérios de racionalidade centrados no trabalho e na atividade remunerada representa, hoje, uma *posição conservadora*. A pesquisa teórica e empírica dos cientistas sociais comprometidos com a tradição do materialismo histórico ou da teoria crítica demonstra, hoje, freqüentemente de modo mais incisivo que nos trabalhos clássicos da Escola de Frankfurt, um afastamento das estruturas, conflitos e perspectivas de desenvolvimento do trabalho social, voltando-se para um “espaço vital” a ser protegido de usurpações econômicas e/ou políticas.<sup>28</sup>

Conceber o trabalho enquanto fundamento ontológico, na perspectiva de conservação, de retomada desta premissa ontológica marxiana nos dias atuais, parece indicar não uma postura conservadora, como admite o autor, pois os fundamentos da categoria trabalho, da forma como Marx assinalou, não permitem uma leitura estática, de conservação da práxis social. É necessário enfatizar que as formas que assume o trabalho humano ao longo da historicidade é que vão se transformando, se diferenciando, tal como tem se verificado nos mais diversos modos de produção. Nenhum sistema produtivo, até o momento, conseguiu a eliminação do trabalho enquanto atividade fundamental, central, que determina a vida humana.

Ao colocar em questão a centralidade do trabalho como categoria sociológica fundamental, Offe lança mão de outros elementos que apontam na direção de sua negação, como a inexpressividade da classe trabalhadora; a diferenciação do mercado de trabalho (mercados primário e secundário, interno e externo); o aumento da produção de bens e serviços, além e fora da esfera institucional do trabalho formal e contratual.

Tomando como base teórica a “teoria da ação comunicativa”, de Habermas, o autor propõe como substitutivos da categoria trabalho, para fundar o objeto da sociologia, o *espaço vital*, o *modo de vida* e o

*cotidiano*. Descarta, portanto, qualquer perspectiva de análise que compreenda as categorias da contradição e do conflito.

Habermas apresenta em sua “teoria da ação comunicativa”, uma proposta teórica fundamentada na história da teoria social, e que satisfaz essas necessidades. Afastando-se decidida e controversamente dos paradigmas da teoria dos conflitos, Habermas constrói a estrutura e a dinâmica das sociedades modernas não como um antagonismo auto-enraizado na esfera da produção, mas como a colisão entre os “subsistemas da ação objetivamente racional”; mediatizados pelo dinheiro e pelo poder, e um “espaço vital (*lebenswelt*) autodeterminado (*eigensinnig*)” pelo outro lado.<sup>29</sup>

No cenário da crítica ontológica do trabalho, destacamos ainda André Gorz, um crítico contundente da atualidade, na sua obra *Adeus ao proletariado — para além do socialismo*. O objetivo de seu livro consiste em “descobrir orientações e temas dos quais poderia renascer uma esquerda portadora de futuro, não de nostalgia”.<sup>30</sup>

A questão central a que o autor se propõe estudar é o tema da liberdade do tempo e da abolição do trabalho. Para ele, este tema é tão antigo quanto o próprio trabalho.

Segundo o autor, o trabalho, da forma como se entende hoje, nem sempre existiu, apareceu com os capitalistas e com os proletários. Para Gorz, o trabalho, atualmente, designa uma atividade que se exerce: (1) por conta de um terceiro; (2) em troca de um salário; (3) segundo formas e horários fixados por aquele que paga; (4) visando fins que não são escolhidos por quem o executa. Ele cita o trabalhador agrícola da horticultura, que executa um “trabalho”; o mineiro que cultiva seu alho no quintal, que realiza uma atividade livre. Portanto, trabalho hoje designa praticamente apenas uma atividade assalariada.

Gorz admite que o binômio trabalho/emprego atualmente é constituído por elementos equivalentes: trabalho não é mais alguma coisa que se faz, mas algo que se tem. Fala-se “procurar trabalho” e “arranjar trabalho” tanto quanto “procurar emprego” e “arranjar emprego”. Ele distingue trabalho assalariado de atividade autodeterminada, assinalando que entre estes existe a mesma diferença que entre valor de troca e valor de uso: o trabalho assalariado consiste em trabalhar por um salário, isto é, trabalhar para poder comprar à sociedade em seu conjunto o tempo que se lhe forneceu; a atividade autodeterminada, em contra-

partida, não tem como finalidade principal a troca do meu tempo pelo tempo dos outros: ela é, em si mesma, seu próprio fim, quando se trata de atividades estéticas ou artísticas; quando se trata de atividades produtivas, cria objetos destinados ao consumo ou à utilização das próprias pessoas que as produzem ou das que lhes são próximas.

Sendo a questão da abolição do trabalho o seu objeto central de preocupação, ele enfatiza a necessidade da liberação do tempo para que os indivíduos possam se tornar senhores de seu corpo, do emprego que fazem de si mesmos, da escolha de suas próprias atividades, de seus objetivos, de suas obras.

Para Gorz, é preciso que o trabalho possa “realizar por si mesmo muitas coisas que o dinheiro não pode comprar e mesmo uma parte das coisas que ele atualmente compra”.<sup>31</sup> Na sua ótica, a abolição do trabalho é um processo em curso e, ao que tudo indica, parece acelerar-se. Segundo ele, existem duas formas de gerir a abolição do trabalho: a) a que leva a uma sociedade do desemprego — é a que vem progressivamente se instalando: de um lado, uma massa crescente de desempregados permanentes e de outro, uma aristocracia de trabalhadores protegidos; entre os dois, um proletariado de trabalhadores precários, que cumpre as tarefas menos qualificadas e mais ingratas; b) a sociedade do tempo liberado baseia-se no princípio do “trabalhar menos para todos trabalharem e terem mais atividades por conta própria”.

Ou seja, o trabalho socialmente útil, distribuído entre todos os que desejam trabalhar, deixa de ser a ocupação exclusiva ou principal de cada um: a ocupação principal pode ser uma atividade ou um conjunto de atividades autodeterminadas, levadas a efeito não por dinheiro, mas em razão do interesse, do prazer ou da vantagem que nelas se possa encontrar.

Segundo o autor, para cada um dos três principais países industrializados da Europa Ocidental, institutos independentes de previsão econômica estimaram que a automatização irá suprimir, no espaço de dez anos, entre 4 a 5 milhões de empregos, a menos que haja uma revisão profunda da duração do trabalho, das finalidades da atividade e de sua natureza.

Para ele, a abolição do trabalho, bem como o ordenamento do seu controle social, é uma das questões políticas fundamentais que deverão ser resolvidas nos próximos decênios.

Na verdade, a sua análise caminha na direção de buscar alternativas para os problemas gestados no ca-

pital. Seus estudos centram-se, portanto, na tentativa de encontrar respostas para a crise do capital, sem vislumbrar possibilidades para além do capital.

Um exemplo elucidativo é quanto à sua proposição da autoprodução. Segundo o autor, trata-se de um direito, para cada comunidade de base, de produzir, ela mesma, pelo menos uma parte dos bens e dos serviços que consome, sem que, para isso, tenha que vender seu trabalho aos detentores de meios de produção ou serviços de terceiros.

Esse direito à autoprodução supõe: (1) acesso aos instrumentos de trabalho; (2) fazer a produção de mercadorias e a venda de trabalho em proveito da produção autônoma, através da cooperação voluntária, da troca de serviços ou da atividade pessoal.

Na sua ótica:

A autoprodução se desenvolverá em todos os domínios em que o valor de uso do tempo se revelar superior ao seu valor de troca: isto é, onde o que se pode fazer por conta própria num tempo determinado valer mais do que o que se compraria caso se tivesse que trabalhar durante esse tempo em troca de um salário.<sup>32</sup>

Concluindo esta questão, o autor afirma:

Só quando acompanhada pelas possibilidades efetivas de autoprodução a liberação do tempo estimulará a superação da lógica capitalista, o enfraquecimento do assalariamento e das relações de mercado. Possibilidades efetivas de autoprodução não podem, evidentemente, existir para todos sem uma política de equipamentos coletivos que tenha por finalidade a sua existência.<sup>33</sup>

A abolição do trabalho não seria, na visão do autor, um constructo social de classe, visto que já não se pode mais falar de classe. A nossa sociedade é caracterizada por uma “não-classe” dos “não-trabalhadores”.

Quais os elementos que fundamentam essa sua posição?

Ele parte do fato de que aqueles trabalhadores que se identificam com seu trabalho, fazem dele o centro de sua vida ou esperam poder se realizar nele, na verdade não aceitam e nem desejam a abolição do trabalho. Por isso, o sujeito social da abolição do trabalho não será a camada de trabalhadores profissionais, “orgulhosos de seu ofício”, conscientes do poder real ou virtual que ele lhes confere.

Essa camada, hegemônica no movimento operário organizado, sempre teve como objetivo central a apro-

priação do trabalho, dos meios de trabalho e do poder sobre a produção. Esse poder da classe trabalhadora (sobre a produção e sua identificação com o seu trabalho), segundo o autor, vai desaparecendo e a automação passa a ser percebida como um ataque direto contra sua classe.

Em consequência, o autor afirma que a abolição do trabalho torna-se

[...] um objetivo para aqueles que, não importa o que tenham aprendido a fazer, acham que “seu” trabalho jamais poderá constituir para eles uma fonte de realização pessoal nem o conteúdo principal de suas vidas — pelo menos enquanto “trabalho” for sinônimo de horários fixos, tarefas predeterminadas e de limitação das competências, de assiduidade durante meses e anos, de impossibilidade de ter ao mesmo tempo várias atividades, etc.<sup>34</sup>

Para ele, esses trabalhadores não podem ser considerados como marginais, pois compõem atualmente uma maioria real ou virtual dos “ativos”, que consideram “seu trabalho como uma necessidade fastidiosa com a qual é impossível envolver-se plenamente”. O não-envolvimento do trabalhador com o trabalho se explica, na sua forma de ver, em função da evolução divergente do nível cultural; do tipo de qualificação requerido pela maioria dos empregos e pelo fato de os empregos tenderem a uma intelectualização.

Por isso, a tendência é o trabalhador se sentir impossibilitado de se identificar com “seu” trabalho e de se sentir pertencente à classe operária.

Contraditoriamente, o autor confere a essa “não-classe” o papel de abolir o trabalho mas, ao mesmo tempo, reconhece que ela não teria capacidade para desempenhar este papel político:

A essa camada que vive o trabalho como uma obrigação exterior pela qual “perde-se a vida ganhando-a”, eu chamo de “não-classe” de “não-trabalhadores”: seu objetivo não é a apropriação, mas a abolição do trabalho e do trabalhador. E é por isso que ela é portadora do futuro: a abolição do trabalho não tem outro sujeito social passível que não essa não-classe. Não infiro daí que ela já seja capaz de assumir o controle do processo de abolição e de produzir uma sociedade do tempo liberado. Mas digo que esta não pode ser produzida sem ela, nem contra ela, mas apenas por e com ela.<sup>35</sup>

Ao afirmar isso, Gorz tece críticas à teoria da classe operária em Marx:

Quando falo da “não-classe” dos “não-trabalhadores” como sujeito social (potencial) da abolição do

trabalho, não pretendo substituir a classe operária de Marx por uma outra classe investida do mesmo tipo de “missão” histórica e social. A classe operária, para Marx ou para os marxistas, tinha (ou tem) um caráter teológico pelo fato de que é um sujeito que transcende a seus membros: faz a história e a sociedade futura através destes, mas sem que estes o saibam.<sup>36</sup>

---

### Assim, insistir na sociabilidade ontologicamente fundada no trabalho é de fundamental importância para resgatar a teoria marxiana no mundo moderno

---

Gorz afirma que a teoria da classe em Marx tem um conteúdo missionário, religioso, historicamente já predeterminado. Tece as seguintes críticas à teoria marxista do proletariado:

- 1) não se funda em um estudo empírico dos antagonismos de classe nem em uma experiência militante da radicalidade proletária;
- 2) só Marx foi capaz de conhecer e de dizer o que o proletariado e sua missão histórica verdadeiramente são. A verdade dessa classe e dessa missão está inscrita na obra de Marx. Ele é o alfa e o ômega; é o fundador;
- 3) não existe fundamento na teoria marxista do proletariado: “O único fundamento que seus diferentes defensores podem oferecer são as obras de Marx e a palavra de Lênin: ou seja, a autoridade dos fundadores.”<sup>37</sup>
- 4) a filosofia do proletariado é religiosa.

Contra essa imposição determinística, ele reconhece que a não-classe não é um “sujeito social”:

Não tem unidade nem missão transcendentem e, portanto, não tem concepção de conjunto da história e da sociedade. Por assim dizer, é sem religião nem Deus, tem outra realidade além daquela das pessoas que a compõem: enfim, não é uma classe, mas uma não-classe. E é exatamente por isso que ela não tem nenhuma virtude profética: não anuncia uma sociedade por meio da qual os indivíduos estariam integrados e salvos; ao contrário, remete os indivíduos à necessidade de salvarem-se eles mesmos e de definirem uma sociedade compatível com sua existência autônoma e seus objetivos.<sup>38</sup>

A partir daí, o autor vislumbra no poder autônomo (os movimentos sociais nascentes) uma alternativa de enfrentamento da ordem social. Na sua ótica, a natureza do poder autônomo não se submete à organização, à programação, à delegação de funções, à integração numa *força* política constituída.

Concluindo, o autor afirma:

“Não sei que forma pode tomar essa ação nem que força política é capaz de conduzi-la. Sei apenas que essa força política é necessária e que suas relações com o movimento serão e deverão ser tão conflituosas e tensas quanto foram as relações entre o movimento sindical (anarco-sindicalista) e os partidos operários.”<sup>39</sup>

A partir da apresentação sumária das idéias dos críticos da sociedade do trabalho, faremos uma análise à luz do referencial teórico por nós adotado.

## ANALISANDO A POSIÇÃO DO FIM DA SOCIEDADE DO TRABALHO

Apesar da veracidade dos dados fornecidos pelos críticos da sociedade do trabalho (diminuição da força de trabalho, extinção de determinadas funções, aumento do desemprego, etc.), não podemos, a partir daí, concluir pelo fim do trabalho. Podemos, junto aos críticos da sociedade do trabalho, até partir dos mesmos fatos, como Marx o fez, conforme assinalado nos *Manuscritos*. Mas isso não significa que chegaremos às mesmas conclusões.

Na verdade, a questão decisiva nesse debate emblemático é a seguinte: é possível encontrar nos fundamentos utilizados nesses tipos de abordagens os pressupostos necessários para a construção de uma sociedade efetivamente emancipadora?

Para alguns autores, com os quais convergimos, torna-se necessária a instauração da crítica a este tipo de produção uma vez que não possibilitam uma saída para além do capital. Frigotto, por exemplo, acentua: “A análise e as propostas utópicas que ultrapassem as perspectivas de Offe, de Schaff e de Kurz, enquanto caminho de ruptura, são cada vez mais necessárias.”<sup>40</sup>

Assim, insistir na sociabilidade ontologicamente fundada no trabalho é de fundamental importância para resgatar a teoria marxiana no mundo moderno. É preciso deixar claro:

A crise da forma mercadoria de trabalho, do trabalho abstrato, portanto, não significa o fim da centralidade

do trabalho enquanto processo criador do homem na sua dupla e inseparável dimensão de necessidade e liberdade. A superação da crise somente se efetivará, pela raiz, mediante um processo de embates concretos que concorram para a negação das relações sociais de produção fundadas na cisão das classes sociais, pela mercantilização da força de trabalho, em suma, pela alienação.<sup>41</sup>

Temos observado que boa parte de pensadores marxistas da atualidade vem se debruçando sobre a temática do trabalho no mundo contemporâneo. Uma grande maioria se posiciona favorável à centralidade ontológica do trabalho e reafirma o pensamento de Marx; contudo, entendemos que não basta apenas dizer que o “trabalho é o fundamento da vida humana”, que o “trabalho é a forma originária do ser social”, etc. Entendemos que o debate atual sobre a problemática do trabalho requer que submetamos essa categoria a uma análise filosófica. Mas para isso devemos partir da própria categoria do trabalho, da forma como Marx originariamente analisou, buscando explicitar o que é o trabalho na sua própria essência, quais as suas propriedades imanentes, etc.

A produção intelectual marxista da atualidade deveria ter como ponto inicial de indagação a seguinte questão: o que o trabalho tem que o torna a forma originária do ser social?

Somente a partir da elucidação dessa questão poderemos compreender a categoria do trabalho na sua própria essência, enquanto práxis, enquanto mediação homem/natureza. E isso é fundamental para entendermos a confusão que se instaurou nos dias atuais sobre a sociedade do trabalho.

Mas por que a resolução dessa questão é tão importante?

Ora, estamos vivendo um momento de grandes contradições do capitalismo moderno. De um lado, assistimos a um grande desenvolvimento das forças produtivas; de outro, um índice alarmante de desemprego no mundo inteiro. Tomando apenas esses fenômenos do mundo do trabalho, perguntamos: qual ou quais são as leituras elaboradas pelos pensadores do marxismo contemporâneo?

É a partir daqui que a resolução da questão se torna importante. Observamos, a exemplo da exposição que fizemos das idéias dos críticos da sociedade do trabalho, que uma grande parte dos intelectuais marxistas (ou que se diziam) estão se deixando guiar pelas manifestações fenomênicas do capitalismo avançado. O fato,

por exemplo, de estarem existindo uma grande onda de desemprego, constantes transformações no mundo do trabalho tem levado alguns pensadores a admitir que o trabalho é uma categoria em extinção, desprovida de conteúdo sociológico para explicar a sociedade humana atual (conforme vimos), com a ênfase dada por Marx.

Ora, se para Marx “apenas o trabalho, enquanto objetivação da essência humana, configura de modo geral a possibilidade da *história*”,<sup>42</sup> onde estaria, para esses autores, a possibilidade histórica da humanidade?

Isso confirma mais uma vez a importância e a necessidade de apreender a categoria do trabalho na sua raiz, para que possamos contribuir na elaboração de uma filosofia autenticamente marxiana. Ou seja, no seu sentido ontologicamente revolucionário.

O problema, no nosso modo de ver, é que grande parte dos autores analisa o trabalho na sua forma mais concreta, ou seja, na sociedade industrializada avançada. Em geral, tomam o trabalho a partir dessa sociabilidade e pouco avançam em termos de uma radical confrontação com esse tipo de sociedade.

Tendo como aspecto central essa preocupação, decidimos aprofundar nossos estudos<sup>43</sup> sobre a categoria do trabalho a partir de uma perspectiva da ontologia marxiana. Chamamos a atenção para a perspectiva adotada por nós – ontologia marxiana – porque se trata de buscar no pensamento original de Marx o entendimento dessa questão.<sup>44</sup>

Em Marx, a categoria do trabalho ocupa um lugar privilegiado. Enquanto valor de uso, o trabalho é uma condição ineliminável do ser social:

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem — quaisquer sejam as formas de sociedade — é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana.<sup>45</sup>

Marx insiste em afirmar que através da relação homem-natureza, mediada pelo trabalho, o homem não só transforma o seu mundo exterior, como igualmente se transforma:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo,

braços e pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jôgo das forças naturais.<sup>46</sup>

Contudo, Marx não teria acrescentado muito de radicalmente inovador na sua análise sobre o trabalho se não tivesse apreendido que, além de criador de valor de uso, o trabalho também cria valor de troca. A distinção desse duplo caráter do trabalho conferiu a Marx a inevitável radicalidade de sua propositura teórica em relação à economia política burguesa.

Engels, no “Prefácio” ao vol. 1 de *O capital*, disse que Marx

analisou o trabalho em sua propriedade de criar valor e pela primeira vez evidenciou a espécie de trabalho que gera valor, por que e como o gera, e que valor não passa de trabalho cristalizado dessa espécie [...]<sup>47</sup>

Portanto, com o desenvolvimento contraditório do capital vai se intensificando cada vez mais o trabalho como valor de troca, onde tudo vira mercadoria, inclusive o próprio homem. Mesmo assim, o trabalho, enquanto intercâmbio homem-natureza, não deixa de existir (seja qual for o modo de produção) e constitui, para Marx, o fundamento da vida humana.

Lukács, fundamentado em Marx, ao ocupar-se do complexo concreto da sociabilidade como forma de ser, pergunta-se porque, ao tratar desse complexo, atribuir ao trabalho um lugar tão privilegiado no processo.

Ele diz que

[...] todas as outras categorias dessa forma de ser têm, essencialmente, já um caráter social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações deles, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica [...] como orgânica [...] mas antes de mais nada assinala a *passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social*.<sup>48</sup>

É importante sublinhar que na sua ótica “a essência do trabalho humano está no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estádios são produtos da auto-atividade do homem”.<sup>49</sup>

Esta rápida introdução ao estudo da categoria trabalho em Marx aponta, segundo nosso ponto de vista, para a necessidade de um estudo aprofundado da categoria trabalho voltada para a produção de coisas úteis, de valores de uso, tendo em vista que a maioria da produção desenvolvida pelo marxismo contemporâneo tem centrado seus estudos nas suas formas mais evoluídas da práxis social, ou seja, no trabalho como valor de troca, típico da sociedade moderna produtora de mercadorias.

A retomada dessa discussão nos remeterá para algumas questões essenciais que infelizmente estão sendo banidas pela modernidade: a questão da liberdade, do futuro da humanidade, cujos horizontes apontem para além do capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo este trabalho, entendemos que uma análise marxiana da questão do trabalho no mundo contemporâneo requer, acima de tudo, que adotemos uma postura profundamente crítica quanto aos princípios ético-filosóficos daquilo que na civilização ocidental se convencionou chamar de marxismo. O marxismo (de Marx) ainda demonstra ser o caminho alternativo mais viável para a humanidade sair desse processo social desumano, injusto, perverso. No entanto, esse caminho precisa ser construído e para isso é necessário que saibamos onde queremos chegar.

O mundo contemporâneo – que assume a forma de uma globalização mercantil, de um sistema mundial moderno, sofisticado, que produz, com enorme capacidade e em abundância, dois extremos: riqueza e pobreza, infelizmente parece querer levar o homem para um abismo sem retorno. Desacreditado de si mesmo e de tudo, o homem moderno vai aos poucos perdendo sua capacidade de sonhar.

Como é possível admitir que esse tipo de sociabilidade tenha algo de humano? Como acreditar que esse projeto social é o limite máximo a que a humanidade possa chegar?

Muitos teóricos contemporâneos (a exemplo dos que vimos), preocupados com a análise do mundo real, acabam abandonando as categorias marxianas, considerando que a leitura de Marx tem como base o século passado. A tendência em curso tem sido a de tomar determinadas categorias marxianas, completamente desarticuladas do seu movimento histórico-concreto, portanto, real. Apesar do momento atual expressar a dificuldade de vislumbrar perspectivas, gostaríamos de

somar-nos àqueles que se mostram abertos para a continuidade do debate, tendo como horizonte a perspectiva de superação do trabalho na sua forma atual.

Afirmamos com Antunes que, apesar da complexidade do mundo do trabalho, “[...] as possibilidades reais de superação do capital ainda encontram como coletividade subjetiva capaz de efetivá-las a *classe-que-vive-do-trabalho* [...]”.<sup>50</sup> E essa classe, mesmo com todas as suas novas características, ainda é “*capaz de virar uma nova página da história*” (grifos do autor).

Finalmente, concordamos com Lukács, ao acentuar:

Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade e, portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser “não apenas meio de vida”, mas “o primeiro carecimento da vida”, só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo.<sup>51</sup>

## NOTAS

- Basta um rápido olhar nos títulos da produção recente para averiguarmos o quanto a categoria “fim” passou a caracterizar o debate: “O fim da história e o último homem”, de Francis Fukuyama; “O fim dos empregos”, de Jeremy Rifkin; “O fim da democracia”, de Jean-Marie Guéhenno; “A morte do dinheiro”, de Joel Kurtzman; “A morte do homem econômico”, de George P. Brockway; “La fin des militants?”, de Jacques Ion; “The end of capitalism”, de J. K. Gibson; “The end of the world”, de John Leslie; “After the end of art”, de Arthur C. Danto; “Death of literature”, de Alvin B. Kernan; “The end of evolution”, de Peter Ward; “O fim do Estado-Nação”, de Kenichi Ohmae; “The end of racism”, de Dinesh D’Souza; “O fim da natureza”, de Bill McKibben; “O fim do futuro”, de Jean Gimpel; “The end of science”, de John Horgan; “O fim das certezas”, de Ilya Prigogine; “The end of education”, de Neil Postman; “Adeus ao proletariado - para além do socialismo”, de André Gorz; “O colapso da modernização”, de Robert Kurz; “Trabalho como categoria sociológica fundamental?”, de Claus Offe; “A sociedade informática”, de Adam Schaff; entre tantos outros.
- Cf. Coletivo da Universidade de Berlim, *Guia para a leitura do capital* (Lisboa: Antídoto, 1978), p. 9.
- Para Lucília Machado, a polivalência “significa simplesmente um trabalho mais variado com uma certa *abertura quanto à possibilidade de administração do tempo pelo trabalhador e não importa necessariamente mudança qualitativa das tarefas*. Representa nada mais que uma *racionalização formalista com fins instrumentais* e pragmáticos calcada no princípio positivista de soma de partes. Não significa obrigatoriamente intelectualização do trabalho mesmo tratando-se de equipamentos complexos. É suficiente para *um trabalhador* polivalente, o recurso aos conhecimentos empíricos disponíveis, permanecendo a ciência como algo que lhe é exterior e estranho” (*Mudanças tecnológicas e educação da classe trabalhadora* (Campinas/São Paulo: Papirus/Cedes/Ande/Anped, 1992), p. 19); grifos da autora.
- Salerno, conceituando flexibilidade, afirma que “a habilidade de um sistema produtivo para assumir ou transitar entre diversos estados sem deterioração significativa, presente ou futura, de custos, qualidade e tempos, sendo uma variável de segunda ordem, não homogênea, definível a partir de aspectos intra e extrafábrica” (Cf. Mário Sérgio Salerno, “Trabalho e organização na empresa industrial integrada e flexível”, em Celso João Ferretti *et alii*, *Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar* (Petrópolis: Ed. Vozes, 1994), p. 55).
- Apud Ricardo Antunes, *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (3ª edição (São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 1995).
- Segundo Teixeira, *kamban* é geralmente definido como um pedaço de papel, uma tabuleta ou metal que serve de autorização para a produção. Cada *kamban* é uma autorização para a produção de apenas um número determinado do item especificado: vai para o centro de produção com uma caixa que leva apenas aquela quantidade de peças requeridas (José Soares Teixeira (coordenador), *Reestruturação produtiva na indústria cearense: novos paradigmas de produção e de consumo da força de trabalho* (versão preliminar) (Fortaleza: Sine-Ministério do Trabalho/Governo do Estado do Ceará/Secretaria do Trabalho e Ação Social), p. 95).
- Just-in-time*, ainda conforme o autor supracitado, é um instrumento a serviço do Controle da Qualidade Total e tem como objetivo central identificar e eliminar, progressivamente, as práticas de desperdício, principalmente com estoques. Nesse sentido, o uso do JIT busca evitar previsões otimistas, prazos de entrega incertos, tamanhos irregulares de lotes de produção e atrasos nas respostas às necessidades reais, dentre outros aspectos. Com isso, o JIT trabalha numa perspectiva de estoque zero.
- Segundo Teixeira, “O conceito de terceirização define um processo de interação entre empresas, no qual uma assume a condição de cliente e outras a de fornecedores de componentes ou de prestadoras de serviços. As relações entre a empresa cliente e as empresas fornecedoras se estabelecem com base em contratos, nos quais é especificada a natureza das atividades a serem desenvolvidas por estas últimas. Assim, são firmadas cláusulas de produção, de qualidade, de prazos, de formas de pagamento e até mesmo de participação conjunta na discussão do projeto e na elaboração do produto. Atente-se para o fato de que tais relações podem assumir diferentes formas. A empresa fornecedora pode desenvolver suas atividades no interior da empresa cliente, ou fora dela” (*Ibid.*, p. 93).
- CCQ — Círculo de Controle de Qualidade é um pequeno grupo de pessoas que se reúnem regularmente para discutir problemas que as afetam e influenciam seu desempenho, com o objetivo de melhorar este desempenho. Teoricamente, a idéia é lançar luz sobre um problema, investigar soluções e, depois, definir e acompanhar um rumo a ser seguido, visando implantar uma solução. É um instrumento a serviço do JIT.
- Cf. Ricardo Antunes, *op. cit.*, p. 33.
- Ver Gaudêncio Frigotto, *Educação e a crise do capitalismo real* (São Paulo: Cortez, 1995), p. 116.
- Cf. Claus Offe, *Trabalho e sociedade* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989).
- Karl Marx, *O capital, Livro 1, vol. 3* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975), p. 54.
- Robert Kurz, *O colapso da modernidade* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993), p. 222.
- Ibid.*, p. 227.
- Ibid.*, p. 228.
- Ibid.*, p. 232.
- Ibidem*.
- Ibid.*, p. 223.

- 20 *Ibid.*, p. 233.
- 21 Francisco J. S. Teixeira & Manfredo Araújo Oliveira (Orgs.), *Neoliberalismo e reestruturação produtiva — As novas determinações do mundo do trabalho* (São Paulo/Fortaleza: Cortez/ Universidade Estadual do Ceará, 1996).
- 22 *Ibid.*, pp. 26-27.
- 23 Robert Kurz, *op. cit.*, p. 227.
- 24 *Ibidem.*
- 25 Karl Marx, *Manuscritos econômicos-filosóficos* (Lisboa: Edições 70, 1993), p. 157; grifos do autor.
- 26 Karel Kosik, *Dialética do concreto* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986), p. 9.
- 27 Claus Offe, *op. cit.*, p. 16.
- 28 *Ibid.* p. 18 (grifo nosso).
- 29 *Apud* Gaudêncio Frigotto, *Educação e a crise do capitalismo real*, cit., p. 99.
- 30 André Gorz, *Adeus ao proletariado — para além do socialismo* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), p. 9.
- 31 *Ibid.*, p. 11.
- 32 *Ibid.*, p. 14.
- 33 *Ibidem.*
- 34 *Ibid.*, p. 16.
- 35 *Ibidem.*
- 36 *Ibid.*, pp. 19-20.
- 37 *Ibid.*, p. 33.
- 38 *Ibid.*, p.20.
- 39 *Ibid.*, p. 22.
- 40 Cf. Gaudêncio Frigotto, *op. cit.*, p. 132.
- 41 *Ibid.*, pp. 132-133.
- 42 Györg Márkus, *A teoria do conhecimento no jovem Marx* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974), p. 52.
- 43 Trata-se de nossa pesquisa de doutorado intitulada *Trabalho e educação numa perspectiva ontológica marxiana*, orientada pela professora Dra. Betty A. de Oliveira.
- 44 Lessa faz uma síntese muito interessante das vertentes teóricas fundamentais originadas no marxismo do século XX: 1) o *marxismo estruturalista*, cuja premissa básica consiste na “redução da produção e da reprodução sociais à sua imediatez” (p. iii), representado por Althusser, Cohen, Bourdieu e Passeron; 2) o *idealismo marxista*, que surge como uma reação ao marxismo estruturalista. Ele cita Lukács, na sua obra *História e consciência de classe*, e a Escola de Frankfurt como representantes dessa vertente. Segundo Lessa, em Lukács, naquele seu primeiro trabalho, há uma identidade entre sujeito e objeto na construção da ordem comunista, caracterizando uma “disjunção entre o método e o conteúdo do pensamento marxiano”. Quanto à Escola de Frankfurt (representada por Adorno, Habermas, Marcuse, Horkheimer, etc), substitui a centralidade da categoria do trabalho pela linguagem, pelos valores, etc.; 3) o *marxismo ontológico*, representado por Korsh, Gramsci e Lukács. Esta vertente, segundo o autor, se caracteriza pelo “reconhecimento do domínio da matéria sobre a consciência, da determinação do econômico sobre a totalidade social”, pelo resgate da “obra marxiana enquanto momento de constituição de uma ‘nova visão de mundo’” (p. x) (Sergio Lessa, *Trabalho e ser social — a ontologia de Lukács* (Campinas: IFH/Unicamp, 1994).
- 45 Karl Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos*, cit., p. 50.
- 46 *Ibid.*, p. 202.
- 47 *Ibid.*, p. 16.
- 48 G. Lukács, “O trabalho”, em *Ontologia dell'essere sociale* (Roma : Ed. Riuniti, 1978); versão traduzida por Ivo Tonet, p. 3.
- 49 *Ibidem.*
- 50 Ricardo Antunes, *op. cit.*, p. 139.
- 51 G. Lukács, *op. cit.*, p. 84.

